

**HABEAS CORPUS Nº 553.602 - RJ (2019/0381813-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CLÁUDIA V. TARANTO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**PACIENTE** : JHONNY GLAYSON DE SOUZA VIANA (PRESO)  
**PACIENTE** : PAULO LUCAS BARRETO MARIGO (PRESO)  
**PACIENTE** : RENAN SEBASTIAO PEREIRA (PRESO)  
**PACIENTE** : YGOR JOSÉ SALES DOS REIS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**EMENTA**

PENAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. DOSIMETRIA. PRETENSÃO JÁ ANALISADA EM PROCESSO CONEXO. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE.  
Ordem denegada.

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em benefício de **Jhonny Glayson de Souza Viana, Paulo Lucas Barreto Marigo, Renan Sebastião Pereira, Ygor José Sales dos Reis**, em que se aponta como autoridade coatora a Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

Consta dos autos que os pacientes foram condenados como incurso no art. 33, *caput*, c/c os arts. 40, IV, e 35, *caput*, c/c o art. 40, IV, todos da Lei n. 11.343/2006. Jhonny e Renan foram condenados à pena total de 15 anos e 2 meses de reclusão, em regime fechado, e 2.099 dias-multa, fixados no valor mínimo legal; e Ygor e Paulo, ao total de 13 anos e 5 meses de reclusão, em regime fechado, e 1.819 dias-multa (fls. 133/148).

Em sede de apelação, a Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro negou provimento ao recurso, por maioria de votos (fls. 23/33).

Opostos embargos infringentes, esses foram rejeitados (fls. 11/22).

No presente *writ*, a defesa aponta ilegalidade na dosimetria.

Parecer ministerial opinando pela denegação da ordem (fls. 190/193).

É o relatório.

Verifica-se a existência dos processos conexos: RHC n. 83.282/RJ, em que se apontou excesso de prazo na formação da culpa. O recurso não foi conhecido; HC n. 557.973/RJ, em que a pena dos acusados, Jhonny, Renan, Ygor e Paulo, foi redimensionada para o total de 9 anos e 7 meses de reclusão, em regime fechado, e 1.280 dias-multa; e HC n. 562.297/RJ, em que o paciente Jhonny aponta excesso na dosimetria e ausência de provas quanto à posse de arma de fogo, bem como requer a substituição da privativa por restritiva de direitos.

Na sentença, alguns pacientes tiveram idêntica dosimetria na fixação da pena total, de forma que serão analisados juntamente. Esta foi a dosimetria feita para o acusado Adalberto dos Santos Campos, que foi idêntica a do acusado Emerson Ferreira dos Prazeres e a dos pacientes Jhonny e Renan, nos seguintes termos (fls. 138/148 - grifo nosso):

[...]

1) ADALBERTO DOS SANTOS CAMPOS

A) Crime do artigo 33 da lei 11.343/2006 (lei de drogas):

Na primeira fase de fixação da pena, analiso as circunstâncias elencadas no artigo 42 da lei 11.343/2006 em consonância com aquelas do artigo 59 do Código Penal.

A natureza e quantidade da substância apreendida com o acusado demandam a necessidade de recrudesimento na pena base, haja vista que com o mesmo foram encontrados cerca de **2,190 kg (dois quilos e cento e noventa gramas) de Canabis Sativa L (maconha), quantia de droga elevadíssima, capaz de dar origem a milhares e milhares de porções serem comercializadas** ilicitamente e causar dano a uma grande quantidade de usuários e gerar grande lucro a organização criminosa.

A **culpabilidade** é inerente ao próprio tipo penal. Não há notícias de **antecedentes** penais. A personalidade, a conduta social, os motivos, as circunstâncias, as consequências do crime não merecem maiores considerações e desdobramentos, pois não há maiores informações, devendo ser consideradas em favor do réu.

Atento a essas diretrizes, fixo-lhe a **pena-base em 08 (oito) anos de reclusão e 800 (oitocentos) dia-multa**, fixados no valor mínimo legal.

Na segunda fase de aplicação da pena, não verifico a existência de qualquer agravante ou atenuante a se considerar, pelo que mantenho a pena já fixada.

Na terceira fase de aplicação da pena, não vislumbro a presença de causa de diminuição. **Presente a causa de aumento do artigo 40**, inciso IV da lei 11.343/2006, razão pela qual aumento a pena em 1/6, alcançando o patamar de **09**

**(nove) anos e 04 (quatro) meses de reclusão e 933** (novecentos e trinta e três) dias-multa.

Ressalto que deixo de proceder a redução prevista no artigo 33, § 4º da lei 11.343/2006 devido a circunstâncias do crime evidenciarem a sua **participação em organização criminosa**, o que importou inclusive na condenação em tal crime.

Por esta razão estabeleço a pena para **tal crime em definitivo em 09 (nove) anos e 04 (quatro) meses de reclusão e 933** (novecentos e trinta e três) dias-multa.

B) Crime do artigo 35 da lei 11.343/2006 (lei de drogas)

A natureza e quantidade da substância apreendida com o acusado demandam a necessidade de recrudescimento na pena-base, haja vista que com o mesmo foram encontrados cerca de 2,190 kg (dois quilos e cento e noventa gramas) de Canabis Sativa L (maconha), quantia de droga elevadíssima, capaz de dar origem a milhares e milhares de porções serem comercializadas ilicitamente e causar dano a uma grande quantidade de usuários e gerar grande lucro a organização criminosa.

A **culpabilidade** é inerente ao próprio tipo penal. Não há notícias de antecedentes penais. A personalidade, a conduta social, os motivos, as circunstâncias, as conseqüências do crime não merecem maiores considerações e desdobramentos, pois não há maiores informações, devendo ser consideradas em favor do réu.

Atento a essas diretrizes, fixo-lhe a pena base em **05 (cinco) anos de reclusão e 1000 (mil) dias-multa**, fixados no valor mínimo legal.

Na segunda fase de aplicação da pena, não verifico a existência de qualquer agravante ou atenuante a se considerar, pelo que mantenho a pena já fixada.

Na terceira fase de aplicação da pena, não vislumbro a presença de causa de diminuição.

Presente a causa de aumento do artigo 40, inciso IV da lei 11.343/2006, razão pela qual aumento a pena em 1/6, alcançando o patamar de **05 (cinco) anos e 10 (meses de reclusão) e 1166 (mil cento e sessenta e seis) dias-multa**.

Nos termos do artigo 69 do Código Penal, em razão de tratar-se de crimes praticados em **concurso material**, somo as penas aplicadas a cada um dos crimes pelo qual o réu foi condenado, para assim alcançar o **montante final de pena em 15 (quinze) anos e 02 (dois meses) de reclusão e 2099 (dois mil e noventa e nove) dias-multa, fixados no valor mínimo legal**.

Estabeleço o regime inicial **fechado** para o cumprimento da pena privativa de liberdade, com fundamento no artigo 33, § 2º, alínea a do Código Penal.

Deixo de operar a detração do período de prisão cautelar, levando-se em consideração o período em que o réu ficou preso preventivamente, por entender que tal procedimento melhor se oportuniza ao Juízo da Execução.

Não se faz possível a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, pelo montante da pena fixada.

Considerando que foi imposta pena privativa de liberdade superior a 02 (dois) anos, deixo de aplicar a suspensão da pena, nos termos do artigo 77 do Código Penal.

Considerando que o réu ficou preso durante todo o processo, permanecendo hígidos os requisitos que ensejaram a prisão cautelar, especialmente a possibilidade de reiteração delitiva, pelo fato de o acusado integrar organização criminosa dedicada a prática de tráfico de drogas e crimes afins, NEGO-LHE o direito de apelar em liberdade.

[...]

# *Superior Tribunal de Justiça*

Verifico que a pena-base para ambos os delitos foi elevada em razão da quantidade de substâncias entorpecentes, **2,190 kg de *Canabis Sativa L* (maconha)**. As demais circunstâncias judiciais não foram tidas por negativas, mas apenas o art. 42 da Lei Antidrogas. Entendo que houve excesso por parte do Magistrado, pois, para o delito de tráfico de drogas, por exemplo, a pena-base foi elevada em fração superior à metade; e, para o delito de associação para o tráfico, fixada a pena-base em 5 anos de prisão.

No entanto, como já mencionado, no julgamento do HC n. 557.973/RJ, a pena dos acusados, Jhonny, Renan, Ygor e Paulo, já foi redimensionada para o total de 9 anos e 7 meses de prisão, em regime fechado, e 1.280 dias-multa, de forma que não há o que ser alterado no presente *habeas corpus* para ambos os delitos.

Ante o exposto, **denego** a ordem.

Publique-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator